

PSD insiste na redução da taxa de juro junto da República

JOÃO FILIPE PESTANA
jffestana@dnoticias.pt

Os deputados do PSD-Madeira eleitos à Assembleia da República não desistem e voltam a reivindicar, ao Governo da República, a redução da taxa de juro do empréstimo da Região para cerca de 2%, por via da indexação da taxa de juro ao 'custo all-in' dos empréstimos Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) do Estado.

Uma posição que, embora reiterada ao longo dos últimos quatro Orçamentos de Estado, "tem vindo a ser ignorada pelo Estado Português e recusada pela maioria de esquerda na Assembleia da República".

"Não desistimos de exigir ao Governo da República que cumpra o que prometeu e de reivindicar que se elimine, de uma vez por todas, esta tremenda injustiça de serem cobrados à Região valores superiores, ao nível da taxa de juro, face àqueles que a República se financia no exte-

O QUE ESTÁ EM CAUSA É "UM COMPORTAMENTO INACEITÁVEL", DIZ MADRUGA DA COSTA

rior", explicou Sara Madruga da Costa, lembrando que o que está em causa é "um comportamento inaceitável, irresponsável e altamente penalizador, por parte do Governo central, que continua a financiar-se nos mercados internacionais com taxas de juro bastantes inferiores aquelas que depois cobra à Madeira".

Para Sara Madruga da Costa "esta postura é inadmissível, em primeiro lugar, porque o Governo da República continua injustamente a ganhar dinheiro à custa dos madeirenses e porto-santenses e, em segundo lugar, porque continua a obrigar a Re-



PSD exige "a devolução das verbas cobradas indevidamente à Região".

gião a um esforço financeiro extra que nunca teve nem tem, muito menos agora, qualquer justificação,

num cenário em que temos a Madeira a pagar mais do que a República paga aos seus credores".

Os deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma da Madeira voltam assim a exigir ao ministro das Finanças, Mário Centeno, que o Governo da República aplique ao empréstimo contraído pela Região junto do Estado, no âmbito do PAEF-RAM a taxa de juro relativa ao custo 'all-in' dos empréstimos PAEF do Estado.

Exigem, ainda, ao Governo da República, "a devolução das verbas cobradas indevidamente à Região" e que seja dado conhecimento mensal dos custos suportados pela dívida do Estado, conforme habitualmente no boletim mensal da dívida pelo IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública).

Os social-democratas lançam ainda um repto aos deputados socialistas madeirenses em Lisboa esperando que "desta vez coloquem em primeiro lugar os interesses dos madeirenses e porto-santenses e contribuam para a correcção desta situação de tremenda injustiça".

Meio milhão de euros viabilizam 75 projectos de agricultores



Apoios do PRODERAM já totalizam 2,2 milhões de euros.

O secretário regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural entregou, ontem, apoios a 75 projectos de pequenos agricultores, no âmbito do PRODERAM.

"Distribuímos cerca de 500 mil euros a 75 candidaturas da media 4.1.1 que apoia pequenos investi-

mentos até 10 mil euros", informou Humberto Vasconcelos.

Os apoios têm como objectivo garantir a modernização agrícola, como a colocação de sistemas e tanques de rega, maquinaria de pequena dimensão e outros investimentos. Projectos que o governante consi-

dera "muito importantes para estas pequenas explorações", porque permitem aumentar a capacidade de produção e reduzir custos.

As medidas fazem parte da política de à agricultura familiar.

Nesta cerimónia deveria ter participado o presidente do Governo Regional, mas Miguel Albuquerque ficou retido em Lisboa, devido ao cancelamento do voo em que regressaria à Madeira, na quinta-feira.

Segundo a informação a secretaria regional, o total de investimento acumulado na sub-medida 4.1.1. do PRODERAM é de 2,9 milhões de euros, com um apoio total de cerca de 2,2 milhões, sendo 1,85 milhões de euros de comparticipação FEADER e 3297 mil euros de apoio do Orçamento do Governo Regional.

Seguro colectivo

Humberto Vasconcelos foi questionado sobre eventuais prejuízos causados pelo mau tempo mas, até ao momento, não tinha conhecimento.

No caso particular da banana, lembrou que os produtores "estão cobertos por um seguro colectivo que está em pleno funcionamento".

GR desinveste nas redes abastecimento de água

O Grupo Parlamentar do PS vai apresentar, na Assembleia Legislativa da Madeira, um projecto resolução que visa recomendar o Governo Regional a constituir contratos-programa com as autarquias que não pertencem à Águas e Resíduos da Madeira (ARM), como forma apoiar na recuperação e substituição das redes de água, para minimizar as perdas de água existentes na Região.

A deputada socialista Mafalda Gonçalves, porta-voz do grupo na conferência em Santa Cruz, explica apontou que "o problema das

perdas de água é sem dúvida um dos principais flagelos da nossa Região, e deve ser considerada uma das principais prioridades a nível dos investimentos regionais em todos os concelhos".

"No entanto, temos de observar o absurdo do Governo Regional não fazer qualquer contrato-programa com nenhuma autarquia que não pertence à ARM, são 6 concelhos que representam cerca de 70% do fornecimento de água da Região, e onde não há vontade política de haver uma parceria estratégica com estes municípios", adiantou.



PS Madeira crítico para com a falta investimento do Governo.